



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

PROCESSO SELETIVO PARA REOPÇÃO DE CURSO E TRANSFERÊNCIA FACULTATIVA

Prova de Conhecimento Específico - Direito

Orientações

Você está recebendo **O Caderno de Questões da Prova de Conhecimento Específico**. Leia com atenção as instruções a seguir:

- ✓ Verifique se esta prova contém 40 questões objetivas com 5 alternativas cada.
- ✓ Caso encontre imperfeições no Caderno de Questões comunique ao fiscal de sala que deverá trocá-lo imediatamente. Não serão aceitas reclamações após os 30(trinta) primeiros minutos.
- ✓ Escreva seu nome nos locais indicados.
- ✓ Para cada questão, existe somente uma alternativa correta. Anotar no rascunho a alternativa que julgar certa e preencher, sem rasuras, o Cartão Resposta.
- ✓ Cada questão tem somente uma resposta certa, caso marque mais de uma esta questão será nula.
- ✓ Depois de assinaladas todas as respostas no rascunho, transcreva-as para o Cartão Resposta com caneta de tinta azul ou preta.
- ✓ Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher Cartão Resposta.
- ✓ A prova terá início às 13 horas e término às 17 horas.
- ✓ Você não poderá se retirar da sala de prova antes das 15 horas.
- ✓ Fica vedada a possibilidade de o fiscal ficar com menos de 3 (três) candidatos no final da prova.

Nome do candidato

Número do Registro Geral

Rascunho

01	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E
05	A	B	C	D	E
06	A	B	C	D	E
07	A	B	C	D	E
08	A	B	C	D	E
09	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E
11	A	B	C	D	E
12	A	B	C	D	E
13	A	B	C	D	E
14	A	B	C	D	E
15	A	B	C	D	E
16	A	B	C	D	E
17	A	B	C	D	E
18	A	B	C	D	E
19	A	B	C	D	E
20	A	B	C	D	E
21	A	B	C	D	E
22	A	B	C	D	E
23	A	B	C	D	E
24	A	B	C	D	E
25	A	B	C	D	E
26	A	B	C	D	E
27	A	B	C	D	E
28	A	B	C	D	E
29	A	B	C	D	E
30	A	B	C	D	E
31	A	B	C	D	E
32	A	B	C	D	E
33	A	B	C	D	E
34	A	B	C	D	E
35	A	B	C	D	E
36	A	B	C	D	E
37	A	B	C	D	E
38	A	B	C	D	E
39	A	B	C	D	E
40	A	B	C	D	E



CADERNO DE QUESTÕES

1 – Segundo José Afonso da Silva, as normas constitucionais que o legislador constituinte regulou suficientemente os interesses relativos a determinada matéria, mas deixou margem à atuação restritiva por parte da competência discricionária do poder público, nos termos que a lei estabelecer ou nos termos dos conceitos gerais nela enunciados são denominadas de:

- a) Normas constitucionais de eficácia plena;
- b) Normas constitucionais de eficácia contida;
- c) Normas constitucionais de eficácia limitada;
- d) Normas constitucionais programáticas;
- e) Normas constitucionais delimitadas.

2 - O princípio de hermenêutica constitucional que determina que o intérprete evite a declaração de inconstitucionalidade de uma norma, buscando um sentido para o preceito que o compatibilize com o texto da Constituição é conhecido como:

- a) Princípio da harmonização;
- b) Princípio da unidade da Constituição;
- c) Princípio da interpretação conforme;
- d) Princípio da razoabilidade;
- e) Princípio da justiça.

3 - A elaboração de uma nova constituição é da competência do denominado Poder Constituinte

Originário. São entes que exercem este poder constituinte:

- a) o poder constituído e o Conselho de Notáveis;
- b) a revolução e a Assembléia Constituinte;
- c) a Câmara dos Deputados e o Senado Federal;
- d) os representantes da sociedade civil e do Congresso Nacional;
- e) O Congresso Nacional e o Conselho da República.

4 - Acerca do processo constituinte de 1987/1988, assinale a alternativa correta:

- a) A Constituição foi elaborada a partir de um anteprojeto enviado pelo Poder Executivo à Assembléia Nacional Constituinte.
- b) Os membros da Assembléia Nacional Constituinte eram ao mesmo tempo investidos na função constituinte e na congressional.
- c) A Constituição foi promulgada como emenda constitucional nº. 28/1988.
- d) Participaram da elaboração da Constituição apenas deputados constituintes eleitos pelo povo exclusivamente para este fim;
- e) Foram aproveitados os deputados e senadores já em exercício na ocasião.

5 - Não é fundamento da República Federativa do Brasil:

- a) A soberania.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

- b) O pluralismo político;
- c) A cidadania.
- d) A igualdade entre os Estados;
- e) O asilo político.

6 – Ensina José Afonso da Silva que os direitos são bens e vantagens conferidos pela norma, enquanto as garantias são meios destinados a fazer valer estes direitos, são instrumentos pelos quais se asseguram o exercício e gozo daqueles bens e vantagens. Em vista disto, assinale a alternativa em que não se verifica a correspondência entre o direito e sua garantia:

- a) Todos são iguais perante a lei, sem discriminação de qualquer natureza (direito). A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei (garantia).
- b) É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato (direito). É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem (garantia).
- c) É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz (direito). Conceder-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder (garantia).
- d) É plena a liberdade de associação (direito). Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à

- nacionalidade, à soberania e à cidadania;
- e) todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral (direito). conceder-se-á "habeas-data" para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

7 - As garantias do contraditório e da ampla defesa, assim como a garantia da razoável duração dos processos são asseguradas aos litigantes nos processos;

- a) judiciais cíveis e criminais;
- b) judiciais e administrativos em geral;
- c) judiciais, apenas de natureza criminal;
- d) judiciais e administrativos e neste último caso apenas naqueles que tenham como objeto a demissão de servidor público estável;
- e) apenas de natureza trabalhista.

8 - A casa é asilo inviolável do indivíduo. Por isso, nela ninguém poderá entrar sem o consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou:

- a) Para prestar socorro em caso de desastre ou para cumprir ordem judicial a qualquer hora do dia ou da noite.
- b) Desastre, para prestar socorro ou, de dia ou de noite, para cumprir determinação judicial.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

- c) Desastre, para prestar socorro, ou durante o dia por determinação judicial. processo de lei revisão da lei penal.
- d) Para prestar socorro, ou em qualquer hora do dia ou da noite, mediante determinação judicial, necessária esta mesmo em caso de desastre;
- e) Em casos de desastre, ou em qualquer hora do dia ou da noite, mediante determinação judicial, necessária esta mesmo em caso de prestação de socorro.

9 - Dispõe o artigo 5º., XXXV que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário nenhuma lesão ou ameaça a direito”. Tal dispositivo consagra o princípio:

- a) do juiz natural;
b) do mandado de injunção;
c) da tutela jurisdicional;
d) da isonomia perante a lei;
e) da legalidade.

10 - Assinale a alternativa correta:

- a) A pena de morte não pode ser aplicada no Brasil, em nenhuma hipótese.
- b) As hipóteses de aplicação da pena de morte podem ser ampliadas no Brasil por meio de emenda constitucional.
- c) A pena de morte pode ser aplicada no Brasil em caso de guerra.
- d) As hipóteses de aplicação da pena de morte podem ser ampliadas no Brasil por meio de processo de revisão constitucional;
- e) As hipóteses de aplicação da pena de morte podem ser ampliadas no Brasil por meio de

11 - Luis é um cidadão francês que se naturalizou brasileiro há dois anos. Nessa situação, em virtude de regras constitucionais, Luís

- a) precisa ter residido no Brasil por mais de trinta anos.
- b) pode ser presidente da Câmara dos Deputados, mas não do Senado Federal.
- c) pode ser extraditado em função de crime comum cometido há cinco anos.
- d) perderá a nacionalidade brasileira, se deixar de residir no país por mais de cinco anos consecutivos;
- e) Não pode ser extraditado.

12 - Acerca do processo de incorporação de um tratado internacional geral no ordenamento jurídico brasileiro é correto afirmar:

I - A assinatura do texto do tratado deve ser feita pelo Presidente da República ou pelo Ministro das Relações Exteriores ou por um plenipotenciário.

II - O processo legislativo de aprovação do texto do tratado inicia-se com a tramitação de um projeto de lei na Câmara dos Deputados.

III - A votação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal sempre será por quorum qualificado de 3/5 em um turno.

IV - Um tratado somente produzirá efeitos internacionais para o Estado brasileiro se for devidamente ratificado



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

com a entrega do competente instrumento de depósito.

V – A denúncia de um tratado depende da aprovação pelo Congresso Nacional do ato de vontade do Presidente da República.

São corretos os itens:

- a) I e II;
- b) II e III;
- c) I e IV;
- d) III e V;
- e) I e III.

13 - Os locais das missões diplomáticas gozam dos privilégios da imunidade de jurisdição, inviolabilidade e isenção tributária. Tais privilégios têm como fundamento o(a):

- a) agrément;
- b) eficaz desempenho das funções;
- c) extraterritorialidade;
- d) discricionariedade;
- e) indivisibilidade.

14 - Em determinado Estado, um agente diplomático estrangeiro envolveu-se em um acidente de trânsito, causando a morte de um pedestre. Nessa situação, diante do homicídio culposo;

- a) o Estado acreditado pode julgar o agente diplomático estrangeiro, por tratar-se de crime que não tem qualquer relação com a função diplomática.
- b) o Estado acreditado só pode julgar o

agente diplomático se ele renunciar expressamente à imunidade de jurisdição;

c) o agente diplomático somente poderá ser julgado no Estado acreditado se o Estado acreditante renunciar expressamente à imunidade de jurisdição;

d) em nenhuma hipótese é possível o julgamento do agente diplomático, por ser irrenunciável a imunidade de jurisdição;

e) em nenhuma hipótese é possível o julgamento do agente diplomático, por ser imprescritível a imunidade de jurisdição.

15 - A ruptura de relações diplomáticas ou consulares entre as partes, no que toca a tratado entre elas pactuado, nos termos da Convenção de Viena sobre direito dos tratados: Parte superior do formulário

a) não afeta as relações jurídicas estabelecidas por elas pelo tratado, salvo na medida em que a existência de relações diplomáticas ou consulares seja indispensável à aplicação do tratado.

b) não atinge as relações jurídicas e econômicas decorrentes do pacto, em virtude da cláusula pacta sunt servanda, que é absoluta em direito internacional.

c) extingue todas as relações jurídicas decorrentes do tratado, com efeitos ex tunc, dada previsão geral contida na Convenção.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

d) suspende imediatamente o alcance das relações jurídicas e econômicas decorrentes da convenção, como resultado da aplicabilidade da cláusula *rebus sic stantibus*, que é absoluta em direito internacional;

e) não afeta as relações jurídicas estabelecidas por elas pelo tratado, salvo na medida em que a existência de relações diplomáticas ou consulares seja dispensável à aplicação do tratado.

16 - Sobre a norma jurídica, assinale a incorreta:

- a) Deve possuir validade, ou seja, compatibilidade com o ordenamento jurídico que integra, principalmente sob o aspecto da hierarquia constitucional;
- b) Deve ser vigente, ou seja, deter aplicabilidade no tempo e no espaço;
- c) Deve ser eficaz, ou seja, apta a produzir efeitos no mundo concreto;
- d) *Vacatio legis* é o lapso temporal que antecede a vigência da norma;
- e) NDA.

17 - Sobre sujeito de direito, assinale a incorreta:

- a) É categoria genérica que abrange o ente personalizado e o despersonalizado;
- b) O feto é ente personalizado de acordo com o Código Civil;
- c) Dentre as pessoas jurídicas, podemos assinalar sociedades, associações e fundações;
- d) Pessoa física é sinônimo de pessoa natural;
- e) NDA.

18 - Sobre fatos e atos jurídicos, assinale a incorreta:

- a) Os fatos jurídicos *stricto sensu* confundem-se com os atos jurídicos;

b) Os fatos jurídicos *lato sensu* abrangem os fatos naturais e os atos jurídicos;

c) Os atos jurídicos podem ser lícitos ou ilícitos;

d) O negócio jurídico necessariamente deve ser lícito;

e) NDA.

19 - Sobre a solução de lacunas da norma jurídica, assinale a incorreta:

a) Pode ser dar mediante os princípios gerais de Direito, os quais, na moderna hermenêutica, perderam muito de sua importância;

b) Pode se dar mediante a analogia;

c) Pode se dar mediante costumes, embora o Direito Positivo tenha lhes reduzido bastante a importância;

d) A Equidade não é contemplada como mecanismo de integração, de acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (antiga Lei de Introdução ao Código Civil), embora muitos defendam doutrinariamente tal possibilidade;

e) NDA.

20 - Sobre a interpretação da norma jurídica, assinale a incorreta:

a) A interpretação sistemática analisa a norma no contexto do ordenamento ao qual ela pertence;

b) A interpretação histórica preocupa-se com evolução dos institutos jurídicos ao longo do tempo;

c) A ideia da *mens legis* é buscar a compreensão da vontade do legislador;

d) A interpretação gramatical analisa a norma sob o aspecto sintático e semântico;

e) NDA.

21 - Sobre antinomias, assinale a correta:



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

- a) São conflitos normativos solucionados mediante métodos de integração.
- b) Uma antinomia hierárquica é solucionada pela regra *lex posteriori derogat legi priori*.
- c) Uma antinomia cronológica é solucionada pela regra *lex superior derogat legi inferiori*.
- d) Podem ser próprias ou impróprias, de 1º ou de 2º grau, reais ou aparentes.
- e) NDA.

22 - Sobre Dogmática e Zetética, assinale a correta:

- a) A visão zetética é de cunho doutrinário;
- b) A visão dogmática é de cunho questionador;
- c) O Direito Civil é uma disciplina essencialmente da dogmática aplicada;
- d) A Filosofia do Direito é uma disciplina essencialmente da zetética aplicada.
- e) NDA.

23 - Sobre as fontes do direito, assinale a incorreta:

- a) O costume, não tenha mais a influência de outrora, continua a ser uma fonte importante do Direito;
- b) As decisões judiciais são fonte do direito, criando normas individuais e concretas;
- c) Hodiernamente o Direito tem como fonte principal a produção legiferante estatal;
- d) Vários doutrinadores dividem as fontes entre primárias e secundárias;
- e) NDA

24 - Sobre Direito e Sociedade, assinale a incorreta:

- a) O Direito é produto do meio social;

- b) É possível o surgimento do Direito fora da Sociedade;
- c) O “Estado da Natureza” de Rousseau deve ser considerado uma metáfora explicativa e não uma análise histórica acurada;
- d) O ser humano isolado não pode produzir o Direito;
- e) NDA.

25 - A respeito da sanção positiva, assinale a correta:

- a) Assim como a negativa, é uma consequência advinda do antecedente normativo;
- b) Tem características punitivas, diferentemente da negativa;
- c) Tem características premiais, tal e qual a negativa;
- d) A expressão sanção positiva trata da aprovação do Chefe do Poder Executivo a um projeto de lei já aceito pelo Poder Legislativo.
- e) NDA.

26 - Sobre bens, assinale:

- a) Os bens principais têm uma existência e funcionalidade independente, enquanto os acessórios dependem dos primeiros em tais aspectos;
- b) Os bens coletivos podem sê-lo de fato ou de direito, sendo o espólio exemplo do primeiro tipo;
- c) As benfeitorias podem ser úteis, necessárias ou voluptuárias;
- d) Quanto à mobilidade, os bens podem ser móveis, imóveis ou semoventes;
- e) NDA.

27 - Sobre as pessoas jurídicas de direito privado, assinale a incorreta:

- a) A fundação é um patrimônio afetado a uma finalidade, em regra filantrópica, educacional ou assistencial;



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

- b) A sociedade é a única pessoa jurídica de direito privado que pode ter finalidade lucrativa;
- c) A associação não pode exercer atividade econômica;
- d) As sociedades podem ser civis ou empresariais;
- e) NDA.

28 - Sobre vícios dos atos jurídicos, assinale a correta:

- a) O dolo se configura quando alguém é forçado a praticar determinado ato contra sua vontade;
- b) O estado de perigo ocorre quando alguém celebra negócio jurídico desvantajoso mediante situação de extrema que não configure coação;
- c) O erro é quando alguém é induzido a falsa percepção por aquele com quem celebra negócio que a princípio teria recusado, caso estivesse ciente da situação;
- d) Fraude a credores se confunde com o erro.
- e) NDA.

29 - Sobre nulidade e anulabilidade, assinale a correta:

- a) A nulidade é sanável e a anulabilidade insanável;
- b) A nulidade opera efeitos *ex nunc* e a anulabilidade, efeitos *ex tunc*;
- c) A anulabilidade só pode ser alegada pelo legítimo interessado e a nulidade por qualquer um;
- d) A anulabilidade viola regra de ordem pública, diferentemente da nulidade;
- e) NDA.

30 - Sobre capacidade civil de pessoas naturais, assinale a incorreta:

- a) Aos 18 anos alcança-se a capacidade civil plena, em regra;

- b) A partir dos 16 e antes dos 18 anos, tem-se a incapacidade relativa, situação que também ocorre para maiores de 18 anos que sejam ébrios habituais;

c) Antes dos 16 anos tem-se a incapacidade absoluta, situação que também ocorre para desprovidos de qualquer discernimento mental, não importa a idade;

d) Em razão da incapacidade relativa, os pais ou responsáveis devem representar o menor na realização de negócio jurídico.

- e) NDA.

31 - Sobre concurso de pessoas, quem, de qualquer modo, concorre para o crime com participação de menor importância, pode ter a pena diminuída de:

- a) um sexto a dois terços;
- b) um quinto a um terço;
- c) um quinto a dois terços;
- d) um sexto a um terço;
- e) nda

32 - Sobre o crime tentado pode-se afirmar:

- a) é imprescindível a reunião de todos os elementos de sua definição legal;
- b) não se consuma pela vontade do agente;
- c) disposição em contrário pode punir o crime tentado com a mesma pena do delito consumado;
- d) é possível o agente responder pela tentativa, quando o agente pratica o delito à título de culpa própria, tão somente;
- e) nda



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

33 - Sobre a extraterritorialidade, é punido segundo lei brasileira, desde que não tenha sido condenado no estrangeiro:

- a) o agente que tenha praticado crime contra a vida ou a liberdade do Presidente da República;
- b) o agente que tenha praticado crime contra o patrimônio ou a fé pública da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território, de Município, de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público;
- c) o agente que tenha praticado crime contra a Administração Pública, por quem está a seu serviço;
- d) o agente que tenha praticado crime de genocídio, quando for brasileiro ou domiciliado no Brasil;
- e) nda

34 - Sobre o lugar do Crime:

- a) considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a conduta criminosa (ação ou omissão), segundo a teoria do resultado;
- b) considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a conduta criminosa (ação ou omissão), segundo a teoria da ubiquidade;
- c) considera-se lugar do crime o local da consumação (onde produziu ou deveria produzir o resultado), segundo a teoria da ubiquidade, a qual foi adotada pelo Código Penal Brasileiro;

- d) considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a conduta criminosa (ação ou omissão), segundo a teoria da atividade
- e) nda

35 - Sobre a aplicação da Lei penal, o preceito “Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal” , refere-se ao princípio da:

- a) anterioridade e da reserva legal;
- b) irretroatividade da lei mais severa;
- c) abolitio criminis;
- d) ultra-atividade;
- e) nda

36 - Sobre os princípios que regem a Administração Pública, assinale a opção INCORRETA:

- a) A moralidade administrativa constitui princípio que deve ser observado em todo ato da Administração Pública direta e indireta, na forma do art. 37, *caput* da CF;
- b) Os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade estão implícitos na CF e estão expressos na L. 9.784/99, a qual determina que nos processos administrativos será observada a adequação entre os meios e fins
- c) O princípio da eficiência, segundo o qual a atividade administrativa deve ser exercida com presteza, qualidade e rendimento funcional passou a ser previsto expressamente na CF a partir da EC 19/98
- d) Os princípios expressos estão no art. 37, *caput* da CF,



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

representados por: legalidade, impessoalidade, motivação, publicidade e eficiência.

- e) O princípio da impessoalidade exprime que a atuação do agente público deve ter sempre a ausência de subjetividade.

37 - Segundo o Professor Celso Antônio Bandeira de Mello, constituem os princípios norteadores do chamado “Regime Jurídico Administrativo”:

- a) Supremacia do interesse público sobre o particular e impessoalidade;
- b) Moralidade e legalidade;
- c) Supremacia do interesse público sobre o particular e indisponibilidade
- d) Supremacia do interesse público e legalidade
- e) nda

38 - O princípio que permite a Administração Pública, diretamente, sem intervenção do judiciário, rever os seus próprios atos, para corrigi-lo, seja por inconveniência, inoportunidade ou até ilegalidade é o da:

- a) legalidade
- b) indisponibilidade
- c) segurança jurídica;
- d) eficiência
- e) autotutela

39 - Sobre a Administração Indireta, constitui uma pessoa jurídica de direito privado, dotada de capital exclusivamente público, criada para a prestação de serviço público ou exploração de atividade econômica, sob qualquer modalidade empresarial:

- a) sociedade de economia mista;
- b) agência executiva;
- c) autarquia;
- d) fundação
- e) nda

40 - Sobre a chamada Administração “descentralizada”, a sua espécie que também é denominada de autarquias de regime especial, fruto do Programa Nacional de Desestatização (PND) e na qual seus dirigentes possuem mandatos com prazo fixos, são as:

- a) fundações públicas;
- b) agências reguladoras;
- c) fundações privadas;
- d) autarquias profissionais;
- e) agências executivas

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.